

MODELOS FAMILIARES CONTEMPORÂNEOS E EXPERIÊNCIA SUBJETIVA: ENTRE NOVOS ARRANJOS E A PERMANÊNCIA DA LÓGICA DA FALTA ESTRUTURAL

CONTEMPORARY FAMILY MODELS AND SUBJECTIVE EXPERIENCE: BETWEEN NEW FAMILY ARRANGEMENTS AND THE PERSISTENCE OF STRUCTURAL LACK

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-010>

Mariana Bentzen Aguiar

Doutora em Psicologia Cognitiva

Professora adjunta da Universidade Federal de Pernambuco

E-mail: Mariana.bentzen@ufpe.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1402-9907>

Edlane Vila Nova de Araujo

Psicóloga

Centro Universitário Frassinetti do Recife

E-mail: edvilaova@hotmail.com

Maria Emilia da Silva Lopes

Psicóloga

Centro Universitário Frassinetti do Recife

E-mail: memiliaslopes@hotmail.com

Michele Karine Pereira da Silva

Psicóloga

Centro Universitário Frassinetti do Recife

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0973111102133514>

Resumo

O presente artigo analisa, a partir da psicanálise freudiana e lacaniana, em que medida a constituição subjetiva pode ser compreendida para além de modelos específicos de família, problematizando leituras que estabelecem relações causais entre configurações familiares e sofrimento psíquico. Trata-se de um estudo de revisão narrativa da literatura, desenvolvido a partir de questões suscitadas na experiência clínica das autoras, fundamentado principalmente na obra de Sigmund Freud e Jacques Lacan, bem como em autores que discutem as transformações históricas e sociais da família. Os resultados indicam que a associação entre determinados arranjos familiares e a constituição subjetiva frequentemente decorre de uma leitura imaginária da teoria psicanalítica, que confunde funções simbólicas com personagens concretos da organização familiar. A análise evidencia que a releitura estrutural proposta por Lacan desloca a compreensão da subjetivação das configurações familiares para as operações simbólicas implicadas na linguagem, na falta e na castração, permitindo compreender que cuidadores podem favorecer ou dificultar processos de simbolização, sem, contudo, determinar a constituição do sujeito. A discussão também aponta

que a crítica de Judith Butler às nomenclaturas tradicionais da psicanálise pode ser articulada à perspectiva lacaniana ao evidenciar a necessidade de distinguir funções simbólicas das imagens e ideais sociais associados à família nuclear. Conclui-se que a separação entre ideais normativos e funções simbólicas oferece importantes contribuições para uma clínica comprometida com a singularidade do sujeito e capaz de acolher a pluralidade das configurações familiares contemporâneas.

Palavras-chave: Clínica Psicanalítica; Complexo de Édipo; Constituição subjetiva; Família; Novas configurações familiares.

Abstract

This article examines, from Freudian and Lacanian psychoanalysis, the extent to which subject constitution can be understood beyond specific family models, questioning interpretations that establish causal relationships between family configurations and psychological suffering. The study consists of a narrative literature review developed from questions arising in the authors' clinical practice and is primarily grounded in the works of Sigmund Freud and Jacques Lacan, as well as in classical authors who have discussed the historical and social transformations of the family. The findings indicate that the association between particular family arrangements and subject constitution often stems from an imaginary reading of psychoanalytic theory, which conflates symbolic functions with the concrete figures that compose family organization. The analysis shows that Lacan's structural reinterpretation shifts the understanding of subjectivation from family configurations to the symbolic operations involved in language, lack, and castration, demonstrating that caregivers may facilitate or hinder processes of symbolization without determining the constitution of the subject. The discussion further suggests that Judith Butler's critique of traditional psychoanalytic terminology can be articulated with the Lacanian perspective by highlighting the need to distinguish symbolic functions from the social images and ideals historically associated with the nuclear family. It is concluded that separating normative ideals from symbolic functions provides important theoretical and clinical contributions to a psychoanalytic practice committed to the singularity of the subject and capable of embracing the plurality of contemporary family configurations.

Keywords: Contemporary family configurations; Family; Oedipus complex; Psychoanalytic clinic; Subject constitution.

1 INTRODUÇÃO

A família constitui uma das instituições sociais mais antigas e, simultaneamente, uma das mais suscetíveis às transformações históricas. Longe de representar uma realidade natural ou universal, suas

formas de organização resultam de processos sociais, econômicos, políticos e culturais que, ao longo da história, produziram diferentes modos de conceber o parentesco, a filiação e o cuidado. Embora formas de organização familiar existam desde as primeiras sociedades humanas, o modelo de família nuclear heterossexual, centrado na figura do casal e de seus filhos, consolidou-se como ideal normativo apenas na modernidade ocidental, especialmente entre os séculos XVIII e XIX, articulando-se à ascensão da sociedade burguesa, às transformações das relações de propriedade e à intensificação dos dispositivos de regulação da sexualidade, da infância e da vida privada (Engels, 1984; Ariès, 1981; Donzelot, 1986; Foucault, 1988). Nas últimas décadas, entretanto, profundas mudanças sociais, culturais e jurídicas favoreceram o reconhecimento de uma pluralidade de configurações familiares, colocando em evidência a historicidade desse modelo e problematizando sua pretensão de universalidade (Roudinesco, 2003; Sarti, 2007).

No campo da psicanálise, a família ocupa um lugar privilegiado por constituir o primeiro espaço de inserção do sujeito no laço social. Em razão da condição de desamparo que caracteriza o recém-nascido humano, sua sobrevivência e seu desenvolvimento psíquico dependem radicalmente do outro, que lhe oferece cuidados, interpreta suas necessidades e o introduz na linguagem e na cultura (Freud, 1926/2014; Lacan, 1998). É nesse contexto que a família adquire relevância teórica, não por representar um modelo ideal de organização social, mas por constituir o cenário em que se realizam operações fundamentais para a constituição subjetiva. Na tradição psicanalítica, tais operações foram inicialmente formuladas por Freud a partir do Complexo de Édipo e posteriormente reformuladas por Lacan mediante a distinção entre figuras parentais concretas e funções simbólicas, deslocando o foco da composição empírica da família para as posições que nela se exercem.

Entretanto, justamente por ocupar esse lugar privilegiado na constituição do sujeito, a família frequentemente é tomada, tanto no senso comum quanto em determinados discursos clínicos, como causa direta do sofrimento psíquico. Não raro, pacientes atribuem às suas configurações familiares — especialmente quando estas se afastam do modelo nuclear heterossexual — a origem de seus conflitos, fracassos ou dificuldades subjetivas, sustentando a fantasia de que a posse de uma "família ideal" teria garantido uma existência igualmente ideal. Esse tipo de narrativa tende a deslocar para a organização familiar a explicação do sofrimento, obscurecendo um dos pressupostos centrais da psicanálise: a constituição do sujeito é atravessada pela falta, pela castração e pelo impossível estrutural, dimensões que não decorrem da configuração familiar em si, mas da própria condição de inserção do sujeito na linguagem (Freud, 1924/2011; Lacan, 1998).

Nesse contexto, torna-se pertinente indagar qual é, afinal, o estatuto atribuído à família pela teoria psicanalítica e em que medida a pluralidade das configurações familiares contemporâneas desafia leituras que associam a constituição subjetiva à presença de um modelo específico de organização familiar. Diante

dessa problemática, este artigo busca responder à seguinte questão de pesquisa: como as teorias freudiana e lacaniana concebem o lugar da família na constituição subjetiva e quais são as implicações teóricas e clínicas dessas formulações diante da pluralidade das configurações familiares contemporâneas?

Para responder a essa questão, o presente estudo tem como objetivo geral analisar criticamente, à luz da pluralidade das configurações familiares contemporâneas, a relação entre configurações familiares e constituição subjetiva, examinando como as teorias freudiana e lacaniana concebem o lugar da família na constituição do sujeito e discutindo as implicações teóricas e clínicas dessas formulações para a escuta psicanalítica. Como objetivos específicos, pretende-se: (a) discutir a construção histórica do ideal de família nuclear e sua relação com processos de normatização social; (b) analisar o lugar atribuído por Freud às relações familiares na constituição do sujeito, especialmente a partir do Complexo de Édipo; (c) examinar o deslocamento promovido por Lacan das figuras parentais para as funções simbólicas; (d) problematizar a associação entre configurações familiares e sofrimento psíquico à luz da pluralidade dos arranjos familiares contemporâneos; e (e) discutir as implicações dessas formulações para a escuta e a prática clínica em psicanálise.

A relevância deste estudo reside na necessidade de problematizar criticamente as leituras que vinculam, de maneira linear, determinadas configurações familiares à constituição subjetiva ou ao sofrimento psíquico. Em um contexto marcado pela ampliação das formas de parentesco e de organização familiar, torna-se fundamental interrogar em que medida a teoria psicanalítica sustenta ou permite superar tais associações, distinguindo aquilo que pertence à estrutura do sujeito daquilo que corresponde às transformações históricas das formas de organização familiar. Tal reflexão mostra-se particularmente importante para a clínica psicanalítica, uma vez que, como adverte Lacan, "que o analista esteja à altura da subjetividade de sua época" (Lacan, 1998, p. 322). Isso implica que a escuta clínica permaneça aberta às formas contemporâneas de subjetivação, evitando reproduzir modelos normativos de família que obscureçam a singularidade da experiência de cada sujeito.

1.1 A CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA E A FALTA PARA FREUD

A Psicanálise, desde sua fundação por Sigmund Freud no final do século XIX, inaugurou uma nova forma de compreender o sofrimento humano ao deslocar o foco da consciência para os processos inconscientes que atravessam a vida psíquica. Ao formular a existência do inconsciente, Freud (1900/2019; 1915/2010) rompeu com a tradição racionalista que concebia o indivíduo como plenamente consciente de seus pensamentos e ações, evidenciando que desejos, fantasias, conflitos e experiências infantis participam da constituição da subjetividade. Assim, para a perspectiva psicanalítica, o indivíduo deixa de ser compreendido como uma entidade unitária e transparente a si mesma, passando a ser concebido enquanto

um sujeito, isto é, como efeito de processos psíquicos marcados pela divisão, pelo conflito e pela relação com o outro.

Uma das principais contribuições freudianas para a compreensão da subjetividade consiste justamente na afirmação de que o ser humano não nasce portador de um eu constituído, mas o constitui ao longo das primeiras experiências relacionais. A subjetividade, nessa perspectiva, não corresponde a uma essência inata nem a uma estrutura previamente determinada, mas resulta de um complexo processo de constituição psíquica, atravessado pelos investimentos libidinais, pelas identificações, pelas experiências infantis e pelas inscrições produzidas na relação com o outro e com a cultura (Freud, 1914/2010; Freud, 1923/2011). A singularidade de cada sujeito decorre, portanto, da forma como essas experiências são simbolizadas e incorporadas à sua história, tornando a constituição subjetiva inseparável das relações que sustentam sua inserção no laço social.

A constituição da subjetividade, contudo, não se inaugura pela existência de um eu organizado. Na perspectiva freudiana, o bebê encontra-se inicialmente em uma condição de dispersão pulsional, marcada pelo autoerotismo, em que as pulsões satisfazem-se de forma parcial e independente, sem referência a uma unidade psíquica organizadora (Freud, 1905/2016; Freud, 1914/2010). Nesse momento, o recém-nascido encontra-se em estado de desamparo (*Hilflosigkeit*), dependendo radicalmente da presença do *Nebenmensch* — o "próximo", conceito apresentado por Freud em *Projeto para uma Psicologia Científica* (1895/1996) —, aquele que realiza as primeiras ações específicas capazes de aliviar as tensões decorrentes das necessidades vitais. Ao investir libidinalmente na criança, antecipando nela uma unidade subjetiva ainda inexistente, esse outro primordial possibilita a constituição do narcisismo primário, momento em que a libido, antes dirigida de forma dispersa às pulsões parciais, passa a investir o eu nascente (Freud, 1914/2010). É nesse processo que se constitui o Eu Ideal, primeira imagem de completude narcísica construída a partir do investimento amoroso do outro e que servirá de referência para as primeiras identificações do sujeito.

Essa relação inaugural com o outro não se limita à constituição do Eu Ideal, mas inaugura também o percurso do desenvolvimento psicosssexual descrito por Freud (1905/2016). É nas experiências de satisfação e frustração vividas no encontro com aquele que cuida da criança que se inscrevem as primeiras marcas de prazer e desprazer, organizando progressivamente a economia pulsional e a relação do sujeito com o próprio corpo. As zonas erógenas tornam-se, então, regiões privilegiadas de investimento libidinal, correspondendo às organizações oral, anal, fálica e genital, cujas experiências deixam inscrições singulares na constituição psíquica. Embora tais inscrições permaneçam abertas a novas elaborações ao longo da vida, elas ocupam um lugar privilegiado na economia libidinal por corresponderem aos investimentos inaugurais do sujeito, estabelecendo pontos de fixação que orientam seus modos de satisfação pulsional, suas

identificações e suas relações com o desejo e com o outro, ainda que possam adquirir novos destinos por meio do trabalho psíquico (Freud, 1905/2016; Freud, 1914/2010; Freud, 1920/2010).

Entre as experiências psíquicas que marcam a constituição subjetiva, Freud atribui ao Complexo de Édipo um lugar central. Após o período de narcisismo primário, em que a criança ocupa uma posição de aparente completude sustentada pelo investimento amoroso do outro, a libido dirige-se progressivamente aos objetos de amor, encontrando, na formulação clássica freudiana, seu primeiro investimento privilegiado no genitor do sexo oposto ou naquele que ocupa essa posição na dinâmica familiar (Freud, 1905/2016; Freud, 1910/2013). Nesse contexto, a criança não apenas dirige seu investimento libidinal a esse objeto de amor, mas aspira ocupar um lugar exclusivo junto a ele, acreditando, em sua lógica infantil, poder tornar-se seu destinatário único de amor e satisfação. Essa pretensão de exclusividade confere ao genitor do mesmo sexo — ou àquele que ocupa essa posição — o estatuto de rival, uma vez que ele já mantém uma relação privilegiada com o objeto amado e constitui um obstáculo à realização do desejo incestuoso (Freud, 1924/2011).

Na dinâmica edípica, a presença desse terceiro não representa apenas um impedimento concreto à satisfação dos desejos da criança, mas introduz a experiência da alteridade e dos limites impostos ao narcisismo infantil. Ao reconhecer que o objeto de seu investimento libidinal mantém um vínculo que independe dela e que não pode ser apropriado de forma exclusiva, a criança confronta-se com a impossibilidade de realização de seu desejo. É nesse contexto que o perigo de castração adquire valor psíquico. Mais do que a ameaça de uma perda corporal efetiva, a castração representa, para Freud, a possibilidade de uma perda decorrente da persistência do desejo incestuoso e da rivalidade estabelecida com aquele que ocupa a posição de interdição. Em sua reformulação da teoria da angústia, Freud (1926/2014) sustenta que é precisamente essa situação de perigo que suscita a angústia como um sinal emitido pelo eu. A angústia, portanto, não decorre da castração consumada, mas constitui uma resposta antecipatória diante da possibilidade de perda, funcionando como um mecanismo de alerta que mobiliza o aparelho psíquico para enfrentar o perigo.

Diante desse sinal de perigo, o eu mobiliza suas operações defensivas, dentre as quais o recalque ocupa lugar privilegiado. O recalque consiste no mecanismo pelo qual representações, desejos e impulsos incompatíveis com as exigências da realidade, com as proibições parentais ou com as futuras exigências morais são afastados da consciência, permanecendo ativos no inconsciente (Freud, 1915/2010; Freud, 1926/2014). Longe de eliminar esses conteúdos, o recalque impede seu acesso direto à consciência, preservando-os como representações inconscientes que continuam a produzir efeitos sobre a vida psíquica por vias indiretas.

A incidência do recalque sobre os desejos incestuosos possibilita a renúncia ao objeto de amor originalmente investido. Essa renúncia torna-se necessária porque a manutenção da pretensão de ocupar

um lugar exclusivo junto ao objeto amado manteria o sujeito em permanente conflito com a interdição do incesto e com os limites impostos pela realidade psíquica e pela vida em sociedade. O abandono desse investimento não implica o desaparecimento do desejo, mas sua reorganização por meio de novos destinos pulsionais e da possibilidade de deslocamento para objetos de amor socialmente permitidos. É precisamente essa renúncia ao objeto incestuoso que caracteriza o declínio do Complexo de Édipo: ao reconhecer a impossibilidade de realizar seu desejo de exclusividade e abandonar a rivalidade que sustentava essa pretensão, a criança internaliza a interdição, fortalece a constituição do supereu e inaugura uma nova organização da vida psíquica, marcada pela diferenciação entre desejo, lei e realidade (Freud, 1924/2011; Freud, 1926/2014).

Antes de abordarmos a nova organização psíquica decorrente do declínio do Complexo de Édipo, faz-se necessário explicitar a configuração familiar subjacente à formulação freudiana desse complexo. Na descrição clássica do Édipo, Freud (1905/2016; Freud, 1924/2011) parte do pressuposto de que a criança dirige seu primeiro investimento libidinal ao genitor do sexo oposto, enquanto o genitor do mesmo sexo é vivenciado como rival, na medida em que ocupa uma posição privilegiada junto ao objeto de amor e representa um obstáculo à realização do desejo incestuoso. Embora Freud não formule uma teoria da família nem empregue a expressão "família nuclear", sua elaboração do Complexo de Édipo pressupõe uma configuração familiar composta por duas figuras parentais que mantêm entre si um vínculo conjugal ou amoroso, circunstância que torna inviável a pretensão infantil de exclusividade em relação ao objeto de amor. Desse modo, a formulação freudiana dialoga com o modelo de família nuclear burguesa predominante entre as camadas médias urbanas da Europa Ocidental no final do século XIX e início do século XX, contexto histórico no qual sua teoria foi elaborada (Ariès, 1981; Donzelot, 1986; Roudinesco, 2003).

Uma vez que no tópico a seguir exploraremos em mais detalhes sobre os modelos familiares, retomaremos as construções teóricas ao explicitar as consequências psíquicas do Complexo de Édipo. A travessia edípica produz importantes rearranjos na economia psíquica na lógica neurótica (isto é, daqueles que recalcam a castração). Se, no narcisismo primário, o investimento libidinal encontrava-se concentrado no próprio eu, sustentando a constituição do Eu Ideal como imagem de perfeição e completude, a renúncia às aspirações incestuosas inaugura uma nova forma de organização narcísica. A perfeição anteriormente atribuída ao eu desloca-se para uma instância idealizada que passa a orientar o sujeito: o Ideal do Eu. Diferentemente do Eu Ideal, que corresponde à experiência narcísica originária de plenitude, o Ideal do Eu constitui um horizonte simbólico de identificação, formado a partir das exigências, valores e ideais transmitidos pelas figuras parentais e pela cultura (Freud, 1914/2010).

A constituição do Ideal do Eu introduz uma dimensão fundamental da vida psíquica: a impossibilidade de plena coincidência entre o sujeito e seus ideais. Se o Eu Ideal remete à experiência

narcísica originária de completude, o Ideal do Eu passa a funcionar como uma referência permanentemente buscada, mas jamais plenamente alcançada. É justamente desse descompasso que emerge uma experiência constante de insuficiência, na medida em que o sujeito se confronta com os limites impostos pela realidade, pela cultura e pelas próprias exigências ideais (Freud, 1914/2010; Freud, 1923/2011). A neurose pode ser compreendida, nesse sentido, como uma das formas de expressão desse conflito permanente entre os desejos inconscientes e as exigências impostas pelo Ideal do Eu e pelo Superego. Quando a distância entre o eu e seus ideais é vivida como intolerável, ela pode adquirir o estatuto de uma ferida narcísica, reatualizando a perda da ilusão de completude e produzindo sentimentos de culpa, fracasso e sofrimento psíquico. Assim, embora a renúncia e a incompletude constituam condições inerentes à vida em sociedade, a maneira singular como cada sujeito vivencia essa perda participa da constituição de seus conflitos psíquicos e de seus modos de sofrimento.

1.2 O SUJEITO LACANIANO E O ESTATUTO ESTRUTURAL DA FALTA

O início do ensino de Lacan pode ser compreendido como um movimento de retorno a Freud orientado por uma questão fundamental: a necessidade de revisar o estatuto atribuído ao Eu e ao Sujeito na teoria psicanalítica. Ao retomar a descoberta freudiana do inconsciente, Lacan (1949/1998) desloca a centralidade conferida ao eu enquanto instância de síntese, unidade e domínio da experiência subjetiva, propondo que a psicanálise não opera sobre uma consciência que busca se conhecer, mas sobre um sujeito que emerge justamente onde essa unidade imaginária¹ fracassa. Como afirma Lacan (1949/1998), o eu não corresponde a uma instância originária ou transparente para si mesma, mas constitui-se a partir de uma identificação imaginária que produz uma forma de unidade diante da experiência fragmentária do corpo. Nesse movimento, Lacan realiza uma operação decisiva: eleva o sujeito ao estatuto de conceito psicanalítico, conferindo-lhe uma formalização que desloca a psicanálise do campo de uma teoria psicológica do indivíduo para uma teoria do sujeito do inconsciente (Simanke, 2002).

Essa operação não significa acrescentar à psicanálise uma nova categoria psicológica, mas modificar radicalmente o próprio modo de pensar a subjetividade. Conforme argumenta Simanke (2002), a originalidade de Lacan está em retirar o sujeito do campo da psicologia tradicional e inscrevê-lo no campo da linguagem e da estrutura. O sujeito lacaniano não corresponde ao indivíduo, à pessoa empírica ou ao ser humano tomado em sua existência concreta. Lacan estabelece uma distinção fundamental entre o sujeito e o *falasser* (*parlêtre*), isto é, entre o sujeito enquanto efeito da linguagem e o ser falante enquanto existência

¹ Para Lacan, o imaginário é o registro das imagens, das identificações e das relações de semelhança, no qual se constitui o eu. É também o registro que tende a produzir sentidos fixos, totalizantes e ilusórios sobre si, sobre o outro e sobre a realidade, sustentando relações de complementaridade, rivalidade e completude. Por essa razão, Lacan adverte que a escuta analítica não deve permanecer no plano imaginário, sob o risco de cristalizar identidades e significações, em vez de favorecer a emergência do sujeito do inconsciente e dos efeitos da cadeia significante (LACAN, 1949/1998; 1953-1954/1986).

encarnada. O *falasser* designa aquele que é atravessado pela linguagem e afetado pelo inconsciente; o sujeito, por sua vez, não é uma entidade substancial, uma interioridade ou uma instância psíquica localizada no indivíduo, mas o efeito produzido pela incidência do significante² sobre o ser falante (Lacan, 1972-1973/1985).

Nesse sentido, o sujeito lacaniano não possui uma dimensão ontológica. Ele não é um ente dotado de propriedades estáveis ou uma essência passível de ser descoberta. Ao contrário, trata-se de uma posição produzida no campo da linguagem: o sujeito é aquilo que um significante representa para outro significante (Lacan, 1960/1998). Como desenvolve Silveira (2022), a teoria lacaniana do sujeito exige justamente uma ruptura com a ideia de que haveria uma realidade subjetiva anterior à estrutura simbólica. O sujeito não preexiste à linguagem como uma identidade já constituída; ele emerge como efeito da própria operação significante que o inscreve no campo do Outro³.

Essa formulação implica reconhecer que o sujeito não pode ser apreendido a partir de uma identidade definitiva. A significação não se encerra em um último significante capaz de oferecer uma nomeação completa do sujeito, pois a própria estrutura significante produz uma abertura permanente. A materialidade da linguagem impede que o sujeito seja reduzido a um predicado final: ele nunca coincide integralmente com aquilo que pode ser dito sobre ele. Segundo Silveira (2022), essa é precisamente uma das consequências da travessia lacaniana da estrutura: não se trata de abandonar a determinação estrutural, mas de compreender que o sujeito emerge no ponto em que a estrutura produz uma impossibilidade de fechamento absoluto.

Essa concepção produz consequências decisivas para a clínica psicanalítica. Se o sujeito não é uma identidade a ser recuperada nem um núcleo essencial a ser fortalecido, a direção do tratamento não pode estar orientada pelo fortalecimento do eu, pela adaptação do indivíduo à realidade ou pela realização de ideais previamente estabelecidos. Como afirma Lacan (1958/1998), a experiência analítica não tem como finalidade conduzir o sujeito a uma forma ideal de adaptação, mas possibilitar uma relação singular com seu desejo. A clínica lacaniana não busca produzir uma nomeação definitiva do sujeito, justamente porque tal nomeação é estruturalmente impossível. O que a psicanálise evidencia é que há uma falta constitutiva no Sujeito, e essa falta não deve ser compreendida como uma falha contingente a ser corrigida, mas como condição estrutural da subjetividade (Lacan, 1960/1998).

² O significante corresponde ao elemento diferencial da estrutura simbólica, produzindo efeitos de sentido apenas por sua relação com outros significantes, nunca por um significado intrínseco. É pela articulação da cadeia significante que o sujeito se constitui, razão pela qual Lacan o define como aquilo que um significante representa para outro significante (LACAN, 1957/1998; 1960/1998).

³ Em Lacan, o Outro (A) designa o lugar da linguagem, da lei e da alteridade simbólica que antecede o sujeito. Definido como o "tesouro dos significantes", é o campo em que os significantes se articulam e adquirem valor, tornando possível a constituição do sujeito como efeito da linguagem. Assim, o sujeito não se constitui por uma interioridade psíquica, mas por sua inscrição no campo do Outro, sendo representado por um significante para outro significante (LACAN, 1953/1998; 1960/1998).

Assim, em Lacan, a falta deixa de ocupar o lugar de uma ausência que deveria ser preenchida e passa a adquirir estatuto estrutural. O sujeito não se define pela posse de uma identidade plena, mas pela forma singular como se inscreve em uma estrutura marcada pela divisão. Essa perspectiva rompe com modelos clínicos orientados pela restauração de uma suposta unidade perdida do eu e recoloca a psicanálise diante da dimensão própria do inconsciente.

Esse deslocamento também marca uma diferença fundamental entre Freud e Lacan no que concerne ao estatuto do sujeito. Embora Freud (1905/1996) tenha demonstrado que o eu não é senhor em sua própria casa e tenha formulado a dimensão inconsciente da subjetividade, sua obra permanece articulada a modelos que consideram processos de constituição psíquica, organizações libidinais e momentos sucessivos da sexualidade infantil. Lacan, por sua vez, ao introduzir a perspectiva estruturalista em sua leitura da psicanálise, desloca a questão da subjetividade para uma lógica que não se organiza pela lógica desenvolvimental ou pela maturação psicológica.

Como argumenta Simanke (2002), a operação lacaniana não consiste em substituir uma teoria desenvolvimental por outro modelo evolutivo, mas em modificar o próprio estatuto da constituição subjetiva: o sujeito não é resultado de uma progressão temporal de etapas psíquicas, mas efeito de uma estrutura simbólica que o antecede. A subjetivação, portanto, não corresponde a uma aquisição progressiva de formas mais complexas de organização psíquica, mas à entrada do ser falante em uma ordem simbólica que já está dada e que, simultaneamente, produz a divisão subjetiva.

Nesse sentido, Silveira (2022) destaca que a estrutura, em Lacan, não deve ser compreendida como um sistema fechado que elimina a possibilidade de subjetividade. Ao contrário, é justamente a incompletude da estrutura que permite a emergência do sujeito. A subjetivação não é o desenvolvimento de uma interioridade psicológica, mas o efeito singular produzido pela relação entre o sujeito e o campo significante. Dessa maneira, o sujeito lacaniano não possui um estatuto nem desenvolvimental nem propriamente psíquico no sentido de uma realidade interna organizada; ele é uma posição lógica que se constitui na relação com o Outro.

Essa passagem de uma lógica desenvolvimental para uma lógica estrutural modifica também a maneira como a psicanálise compreende a família e os processos de constituição subjetiva. Se a subjetivação não depende de um modelo empírico específico de organização familiar, a psicanálise lacaniana não sustenta uma referência normativa a uma determinada configuração histórica de família — como a família burguesa, nuclear ou patriarcal — como condição necessária para a constituição do sujeito. A partir da interlocução com o estruturalismo, especialmente com a antropologia de Lévi-Strauss, Lacan desloca a questão da família do campo das relações empíricas para o campo das funções simbólicas que organizam a entrada do sujeito na cultura (Lacan, 1953/1998; Lévi-Strauss, 1949/1982).

Dessa forma, a psicanálise lacaniana não toma como referência necessária figuras concretas como pai, mãe, avó ou tio, mas as operações simbólicas que determinados lugares podem sustentar. A questão central não é o indivíduo que ocupa uma posição familiar, mas a função simbólica que se realiza a partir dessa posição. Tal distinção é fundamental em Lacan, uma vez que uma função não se confunde com o agente empírico que a encarna: o pai simbólico⁴, por exemplo, não corresponde ao genitor ou a uma pessoa específica, mas à operação significante responsável por introduzir a dimensão da lei, da diferença e da falta na relação da criança com o Outro (Lacan, 1957-1958/1999).

É nesse contexto que Lacan formula a noção de função paterna e Nome-do-Pai. O pai, na teoria lacaniana, não corresponde necessariamente ao genitor ou a uma figura masculina concreta, mas a uma função simbólica responsável por introduzir uma mediação na relação inicial da criança com o Outro materno. No Seminário 5, Lacan (1957-1958/1999) define a função paterna como uma operação metafórica: o Nome-do-Pai substitui o significante do desejo materno, introduzindo uma separação que impede que a criança permaneça capturada pela posição de objeto desse desejo.

O Nome-do-Pai designa, portanto, o significante que introduz a dimensão da lei e da falta no campo do Outro. Ele não representa uma autoridade concreta, mas a operação simbólica que permite ao sujeito reconhecer que o Outro também é marcado por uma falta. Como consequência, a criança deixa de ocupar imaginariamente o lugar de completude do Outro materno e pode constituir-se como sujeito desejante (Lacan, 1957-1958/1999).

A função paterna, portanto, não deve ser compreendida como defesa de um modelo familiar tradicional, mas como uma operação lógica necessária à constituição subjetiva. Trata-se da introdução de uma falta que possibilita a emergência do desejo e a inscrição do sujeito no campo simbólico. Assim, a questão central para Lacan não é quem ocupa o lugar do pai ou da mãe, mas quais operações simbólicas permitem a entrada do sujeito na linguagem e sua participação no laço social.

1.3 O IDEAL DE FAMÍLIA E A NOVAS ORGANIZAÇÕES FAMILIARES

A família constitui uma das mais importantes instituições sociais implicadas na produção da vida coletiva e na constituição dos sujeitos. Embora frequentemente apresentada como uma realidade natural, universal e biologicamente determinada, sua organização, suas funções e seus significados variaram amplamente ao longo da história. Nesse sentido, a ideia de um modelo familiar ideal não corresponde a

⁴ O simbólico corresponde, em Lacan, à ordem estruturada dos significantes que precede o nascimento do sujeito e organiza sua inserção na cultura, na linguagem e nas relações de parentesco. Diferentemente do imaginário, não opera pela identidade ou pela semelhança, mas pela diferença e pelas posições que os significantes estabelecem entre si (KAUFMANN, 1996; LACAN, 1953/1998).

uma essência da vida humana, mas à consolidação histórica de determinadas formas de organização social, econômica, política e cultural (Engels, 1884/1984; Lévi-Strauss, 1949/1982).

Uma das primeiras análises sistemáticas acerca da historicidade da família foi desenvolvida por Engels (1884/1984), ao demonstrar que as formas familiares modificaram-se em estreita relação com as transformações dos modos de produção e das relações de propriedade. Para o autor, a família monogâmica não representa um estágio natural da organização humana, mas uma instituição historicamente vinculada à consolidação da propriedade privada, da herança e da transmissão patrimonial. Nessa perspectiva, a organização familiar moderna constitui uma construção social articulada às necessidades econômicas e políticas de determinada época, e não uma expressão universal das relações humanas.

Sob outro enfoque, Lévi-Strauss (1949/1982) desloca o debate da dimensão econômica para a estrutura simbólica do parentesco. Para o antropólogo, a família emerge das regras culturais que organizam as alianças entre grupos sociais, tendo como fundamento a proibição do incesto e a troca matrimonial. A constituição da família, portanto, não decorre exclusivamente da reprodução biológica, mas da inserção dos indivíduos em uma rede de relações simbólicas reguladas pela cultura. Ao demonstrar a enorme diversidade dos sistemas de parentesco existentes entre diferentes sociedades, Lévi-Strauss evidencia que não há uma única forma legítima de organização familiar.

Entretanto, foi na sociedade burguesa europeia, entre os séculos XVIII e XIX, que se consolidou o modelo de família posteriormente naturalizado como "família tradicional". Conforme demonstra Ariès (1973/1981), a modernidade promoveu profundas transformações nas relações familiares ao atribuir centralidade à vida privada, à intimidade doméstica e ao cuidado com a infância. A família nuclear, composta por pai, mãe e filhos, passou gradativamente a ser concebida como espaço privilegiado da educação moral, da socialização e da formação dos indivíduos, substituindo modelos familiares mais amplos que caracterizavam períodos anteriores. Paralelamente, consolidou-se uma divisão sexual dos papéis familiares, na qual o homem assumia a posição de provedor e autoridade, enquanto à mulher era atribuída a responsabilidade pelos cuidados domésticos e pela criação dos filhos.

Esse modelo, contudo, ultrapassou a condição de simples organização doméstica para constituir-se como um ideal normativo amplamente difundido pelas instituições sociais. Conforme analisa Foucault (1976/1988), a família moderna tornou-se um importante dispositivo de poder por meio do qual se articulam saberes médicos, jurídicos, pedagógicos e religiosos voltados à regulação da sexualidade, da reprodução, da infância e das relações de gênero. Nesse contexto, a família deixa de ser apenas um espaço privado para tornar-se um mecanismo privilegiado de normalização das condutas, produzindo parâmetros sobre o que seria considerado uma sexualidade legítima, uma parentalidade adequada e uma família socialmente aceitável. A defesa da família tradicional, portanto, não expressa apenas valores afetivos ou morais, mas integra estratégias históricas de produção de normas e de gestão da vida.

Durante grande parte do século XX, o modelo de família nuclear heterossexual foi amplamente promovido como referência de normalidade, sendo reforçado por discursos religiosos, científicos, jurídicos e pedagógicos que o apresentavam como condição ideal para o desenvolvimento infantil, a moralização da sexualidade e a estabilidade da ordem social (Donzelot, 1986; Foucault, 1988). Entretanto, as profundas transformações econômicas, políticas, culturais e sociais ocorridas sobretudo a partir da segunda metade do século XX — impulsionadas, entre outros fatores, pela crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, pela expansão dos movimentos feministas, pela difusão dos métodos contraceptivos, pelo aumento das taxas de divórcio, pelas lutas por direitos civis e pelo reconhecimento progressivo da diversidade sexual e das diferentes formas de parentalidade — evidenciaram os limites desse modelo para representar a complexidade das experiências familiares contemporâneas. Como consequência, a família passou a ser compreendida menos como uma estrutura fixa e universal e mais como uma instituição histórica, cujas configurações se transformam em consonância com as mudanças sociais e culturais (Roudinesco, 2003).

Nesse contexto, passaram a coexistir e a adquirir crescente visibilidade diferentes configurações familiares, incluindo famílias monoparentais, recompostas, extensas, adotivas, homoafetivas, homoparentais, coparentais, entre outras. Essa pluralização não representa o desaparecimento da família, mas evidencia que os vínculos familiares podem organizar-se de diferentes formas, ultrapassando o paradigma da família nuclear tradicional e reafirmando o caráter histórico e socialmente construído da instituição familiar (Roudinesco, 2003; Sarti, 2007). Apesar dessas transformações, o modelo de família nuclear heterossexual permanece como uma importante referência normativa na cultura ocidental, ocupando posição privilegiada nos discursos sociais, religiosos, jurídicos e políticos e sendo frequentemente tomado como parâmetro implícito de normalidade, ainda que coexistindo com uma crescente diversidade de arranjos familiares (Donzelot, 1986; Roudinesco, 2003; Butler, 2022). Em consequência, configurações familiares que se afastam desse ideal continuam, muitas vezes, submetidas a processos de invisibilização, deslegitimação ou questionamento de sua capacidade de exercer funções parentais e de cuidado (Roudinesco, 2003; Sarti, 2007).

É precisamente sobre essa dimensão normativa que Butler (2015; 2022) concentra sua análise. Para a autora, as normas de gênero e de sexualidade não apenas regulam as formas socialmente aceitáveis de conjugalidade, reprodução e parentesco, mas também estabelecem quais vínculos serão reconhecidos como legítimos. Nesse sentido, o casamento heterossexual e a família nuclear constituíram, historicamente, importantes dispositivos de legitimação do parentesco, fazendo com que outras formas de organização familiar permanecessem, durante longo período, à margem do reconhecimento jurídico, político e simbólico. As normas sociais, portanto, não apenas descrevem a realidade familiar, mas produzem critérios de inteligibilidade por meio dos quais determinadas formas de existência tornam-se reconhecíveis,

enquanto outras permanecem parcial ou totalmente excluídas do campo do socialmente legítimo (Butler, 2015; 2022).

Nessa perspectiva, o reconhecimento ultrapassa o âmbito jurídico ou institucional e constitui uma condição fundamental para a existência social dos sujeitos. Butler (2015; 2022) sustenta que a possibilidade de uma vida tornar-se inteligível depende de sua inscrição em normas sociais que a reconheçam como legítima. Quando determinadas relações afetivas, formas de parentesco ou configurações familiares permanecem fora desses enquadramentos normativos, seus integrantes tornam-se mais vulneráveis à precarização, pois encontram maiores obstáculos para acessar reconhecimento simbólico, proteção institucional e pertencimento social. A ausência de reconhecimento não implica apenas exclusão ou discriminação, mas limita as possibilidades de nomeação, elaboração e validação das próprias experiências, produzindo efeitos sobre os processos de constituição subjetiva. Assim, o debate contemporâneo acerca da pluralidade das famílias ultrapassa a simples descrição de novos arranjos domésticos e passa a envolver a disputa pelos critérios sociais que definem quais formas de cuidado, parentesco e vínculo afetivo serão reconhecidas como modos legítimos de existência.

2 METODOLOGIA

O presente artigo caracteriza-se como um estudo teórico de revisão narrativa da literatura, orientado por uma abordagem qualitativa e analítica. Segundo Rother (2007), a revisão narrativa consiste em uma modalidade de revisão da literatura que permite a análise e discussão de determinado tema a partir de uma perspectiva ampla, não seguindo necessariamente critérios rígidos e pré-estabelecidos de busca e seleção de estudos, como ocorre nas revisões sistemáticas. Seu objetivo é possibilitar a construção de uma síntese interpretativa e crítica acerca de um campo de conhecimento, articulando diferentes perspectivas teóricas e contribuindo para o desenvolvimento de novas compreensões sobre o objeto investigado.

A escolha por esse método justifica-se pelo objetivo do presente trabalho, que não consiste em quantificar ou sistematizar a produção existente sobre os modelos familiares, mas em construir uma análise teórica acerca dos múltiplos modos pelos quais a família foi historicamente constituída e dos diferentes discursos, impasses e experiências subjetivas produzidos a partir dessas configurações. Trata-se, portanto, de uma revisão de caráter interpretativo, voltada à problematização dos sentidos atribuídos à família e de seus efeitos na constituição subjetiva.

A elaboração deste trabalho surgiu a partir de questões suscitadas pela experiência clínica das autoras, especialmente diante de situações em que diferentes configurações familiares e discursos sociais acerca da família atravessam as narrativas dos sujeitos em atendimento. A partir desses impasses provenientes da prática clínica, optou-se por transformar tais questões em um problema teórico, realizando

um percurso de investigação bibliográfica que permitisse analisar como a psicanálise compreende a relação entre família, subjetivação e laço social.

Como eixo teórico-clínico principal, foram utilizados os trabalhos de Sigmund Freud e Jacques Lacan, autores que fundamentam a orientação psicanalítica das autoras e oferecem operadores conceituais para pensar a constituição do sujeito, a sexualidade, o complexo de Édipo, a função paterna, o desejo e a relação entre sujeito e Outro. Além desses referenciais, foram mobilizados autores clássicos das ciências humanas que contribuíram para a compreensão histórica, social e antropológica dos modelos familiares, como Friedrich Engels (1884), em sua análise das transformações históricas da família; Claude Lévi-Strauss (1949), a partir da compreensão estrutural do parentesco; Philippe Ariès (1973), em seus estudos sobre a constituição histórica da família moderna e da infância; e Michel Foucault (1976), ao analisar as relações entre família, sexualidade, saber e poder. Ademais, se integrará a discussão a experiência clínica das autoras.

A análise desenvolvida buscou articular esses diferentes campos teóricos, tomando a família não como uma realidade natural e universal, mas como uma construção histórica, simbólica e discursiva atravessada por transformações sociais. A partir da perspectiva psicanalítica, especialmente da leitura lacaniana, a discussão foi orientada pela distinção entre figuras familiares concretas e funções simbólicas, buscando compreender de que modo diferentes formas de organização familiar se relacionam com os processos de subjetivação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão narrativa da literatura permitiu identificar alguns elementos centrais para a compreensão da relação entre configurações familiares e constituição subjetiva na perspectiva psicanalítica. Como principais resultados, destacam-se: (i) a necessidade de problematizar leituras que associam o complexo de Édipo a uma norma heteronormativa e a um modelo específico de família, em contraste com a formulação freudiana da bissexualidade e da rivalidade edípica; (ii) o deslocamento promovido por Lacan da família empírica para as funções simbólicas, evidenciando que diferentes configurações familiares não constituem, em si mesmas, fatores determinantes da constituição subjetiva; (iii) a compreensão de que os cuidadores podem favorecer ou dificultar processos de elaboração psíquica, sem que isso implique uma causalidade linear sobre a estrutura do sujeito; (iv) a identificação de que a idealização social da família nuclear favorece a produção de narrativas que atribuem ao arranjo familiar a origem do sofrimento psíquico, obscurecendo a dimensão estrutural da falta e da castração; e (v) a contribuição da distinção lacaniana entre funções simbólicas e figuras parentais concretas para uma leitura da clínica compatível com a pluralidade das configurações familiares contemporâneas, ao mesmo tempo em que permite problematizar críticas dirigidas à permanência das nomenclaturas parentais na teoria psicanalítica. Cada um desses resultados constitui um eixo de análise que será desenvolvido nos tópicos a seguir.

3.1 MODELOS FAMILIARES E CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE PARA ALÉM DA LÓGICA NORMATIVA

Os resultados da revisão indicam que a teoria freudiana permanece um importante ponto de partida para pensar a constituição subjetiva, mas também evidenciam a necessidade de revisitar algumas de suas formulações à luz de problematizações contemporâneas. Nesse sentido, dois aspectos mostraram-se particularmente relevantes: a proposição de que o investimento amoroso inaugural se dirige ao genitor do sexo oposto e a concepção de que a rivalidade edípica se estabelece, necessariamente, com o pai. Embora essas formulações tenham desempenhado papel fundamental na elaboração do complexo de Édipo, propõe-se que sua leitura, quando tomada em sentido estritamente literal, pode favorecer uma compreensão predominantemente imaginária das relações familiares, em detrimento da lógica simbólica que a própria psicanálise, sobretudo a partir de Lacan, viria posteriormente a formalizar.

No que se refere ao primeiro aspecto, a recorrência, na obra freudiana, do apaixonamento dirigido ao genitor do sexo oposto pode ser compreendida como efeito do contexto sociocultural em que Freud desenvolveu sua teoria, marcado pela hegemonia de uma matriz heteronormativa de inteligibilidade da sexualidade (Butler, 2003). Sob essa perspectiva, não se trata de afirmar que Freud defendesse uma determinação biológica da escolha de objeto, uma vez que sua teoria da bissexualidade psíquica (Freud, 1905/2016; 1923/2011) aponta precisamente para a inexistência de uma inclinação natural que determine, de forma necessária, o sexo do objeto de amor. Ao contrário, a coexistência dessas duas formulações permite sustentar que a referência ao "genitor do sexo oposto" pode ser reinterpretada como uma maneira historicamente situada de nomear aquilo que, em termos estruturais, corresponde ao investimento libidinal na figura que ocupa uma posição privilegiada no circuito dos cuidados e do desejo.

Essa releitura torna-se ainda mais fecunda quando deslocamos a ênfase da pessoa para a função. Se o que está em jogo na constituição subjetiva é a operação simbólica sustentada por aquele ou aqueles que introduzem a criança no campo do desejo e da linguagem, parece mais consistente referir-se a um cuidador fundamental — ou mesmo a cuidadores fundamentais — do que pressupor que tal lugar seja necessariamente ocupado por uma mulher ou por uma mãe. A utilização da expressão "função materna", embora consolidada na tradição psicanalítica, pode favorecer, quando tomada em seu sentido imaginário, a reiteração do mito do amor materno e da divisão heteronormativa dos papéis de gênero. Sob uma perspectiva estrutural, entretanto, importa menos a identidade daquele que ocupa essa posição do que a operação simbólica que ela sustenta. Deslocar a discussão da figura materna para a função de cuidado não implica abandonar a teoria psicanalítica, mas evidenciar que sua potência reside justamente na possibilidade de distinguir pessoas empíricas das funções simbólicas que organizam a constituição do sujeito.

O segundo aspecto diz respeito à formulação freudiana segundo a qual a rivalidade edípica se estabelece com o pai. Também aqui uma leitura estritamente literal parece pressupor uma sequência

específica de acontecimentos: a mãe como objeto privilegiado de amor, o pai como seu parceiro e, conseqüentemente, como rival da criança. Tal formulação, ainda que coerente com a configuração familiar predominante no contexto histórico de Freud, tende a tomar como referência um modelo conjugal monogâmico e heterossexual, reforçando uma determinada organização imaginária da família. Entretanto, se acompanharmos o deslocamento promovido por Lacan da lógica imaginária para a lógica simbólica, torna-se possível formular a questão de outro modo: afinal, o que há de estrutural na rivalidade descrita por Freud?

É precisamente essa pergunta que permite recolocar o problema. Se, como propõe Lacan, a tarefa da psicanálise consiste em ler o imaginário a partir do simbólico, sem desconsiderar o real que insiste para além de ambos (LACAN, 1964/2008), talvez o aspecto verdadeiramente estrutural da teoria freudiana não seja a identidade do rival, mas a própria lógica da rivalidade. Em outras palavras, para evitar uma leitura puramente imaginária do complexo de Édipo, pode-se sustentar que aquilo que permanece constante não é quem ocupa o lugar do rival, mas o fato de que a rivalização constitui uma operação inerente à constituição subjetiva.

Essa formulação torna-se mais clara quando articulada ao aforismo lacaniano segundo o qual "não há relação sexual" (Lacan, 1953/1998). Com essa proposição, Lacan não afirma a inexistência das relações amorosas ou da sexualidade, mas indica que não existe entre dois sujeitos uma relação de complementaridade capaz de eliminar a falta que os constitui. Todo encontro amoroso é atravessado pela impossibilidade de uma satisfação plena, pois a falta não decorre da ausência de um objeto específico, mas constitui uma condição estrutural da existência do sujeito. Assim, independentemente de o objeto de amor ser um homem, uma mulher ou uma pessoa não binária, nenhuma escolha objetual será capaz de produzir a completude imaginada. É nesse sentido que Lacan (1960-1961/1992). afirma que amar é dar o que não se tem: amar não consiste em oferecer ao outro aquilo que preencheria sua falta, justamente porque tal objeto não existe.

Retomando, então, a questão da rivalidade, pode-se dizer que ela decorre menos da presença de um pai do que da impossibilidade de ocupar plenamente o lugar do desejo do Outro. Aquele que, imaginariamente, parece impedir essa completude pode assumir diferentes formas: o parceiro amoroso do cuidador fundamental, outro filho, o trabalho, um ideal, uma atividade à qual esse cuidador dedica seu investimento ou qualquer outro elemento que pareça disputar seu desejo. Entretanto, esses objetos não constituem a causa da rivalidade; eles apenas oferecem uma representação imaginária para uma impossibilidade que é estrutural. Se um desses elementos desaparece, outro tende a ocupar a mesma posição, não porque possua, em si, alguma propriedade especial, mas porque a lógica da falta permanece operante. A leitura imaginária tende a localizar em um objeto específico a origem daquilo que falta ao

sujeito, enquanto a leitura simbólica permite compreender que o objeto apenas encarna, provisoriamente, uma impossibilidade que jamais poderá ser definitivamente eliminada.

Sob essa perspectiva, a contribuição de Lacan consiste em deslocar a rivalidade do plano das pessoas para o da estrutura. O que permanece constante não é a identidade do rival, tampouco uma configuração familiar específica, mas a necessidade de o sujeito confrontar-se com os efeitos da castração simbólica e com a impossibilidade de uma relação de completude. O parceiro do cuidador, sua profissão, seus interesses ou qualquer outro objeto podem, contingencialmente, ocupar o lugar da rivalidade; contudo, nenhum deles explica sua existência. A rivalidade é estrutural, ao passo que seus objetos são contingentes. Esse deslocamento permite preservar a potência da formulação freudiana sem vinculá-la a um modelo específico de família, de conjugalidade ou de organização dos papéis de gênero, aproximando a compreensão do complexo de Édipo da lógica simbólica que orienta a clínica lacaniana.

As discussões realizadas até aqui permitem evidenciar que a utilização dos registros do imaginário, do simbólico e do real como operadores de leitura não constitui apenas um recurso para a condução da clínica, mas também um instrumento para a própria leitura crítica da teoria psicanalítica. Se a proposta lacaniana consiste em privilegiar uma leitura simbólica dos fenômenos clínicos, sem desconsiderar que o acesso ao simbólico ocorre sempre pela mediação do imaginário e em seus limites com o real (LACAN, 1964/2008), torna-se pertinente interrogar até que ponto determinadas nomenclaturas consagradas pela tradição psicanalítica continuam favorecendo leituras predominantemente imaginárias. Em outras palavras, ao recorrermos a expressões como "amor pela mãe", "rivalidade com o pai", "função materna" ou "função paterna", não estaríamos, ainda que involuntariamente, reificando figuras empíricas em detrimento das operações simbólicas que esses conceitos procuram designar?

Essa questão aproxima-se das críticas formuladas por Judith Butler (2022) em *Desfazendo gênero*. Embora reconheça a importância da contribuição lacaniana ao deslocar a discussão do plano empírico para a estrutura simbólica, Butler (2022) argumenta que a permanência de determinadas nomenclaturas não é politicamente neutra. Para a autora, a manutenção de categorias como "pai" e "mãe", mesmo quando concebidas como funções, tende a reiterar uma matriz heteronormativa de inteligibilidade, reforçando padrões de reconhecimento que dificultam a legitimação de configurações familiares e posições subjetivas situadas fora da norma. Sob essa perspectiva, não basta reconceituar teoricamente tais categorias; é necessário considerar também os efeitos sociais e políticos produzidos pela permanência de seus nomes.

Entretanto, a partir da própria teoria lacaniana, é possível sustentar uma outra leitura dessa questão. Se um dos princípios fundamentais do ensino de Lacan (1957/1998; 1960/1998) é que o significante não possui significado em si mesmo, adquirindo valor apenas em sua articulação com outros significantes, então expressões como "função materna" e "função paterna" não deveriam ser compreendidas a partir dos sentidos imaginários sedimentados socialmente, mas da rede conceitual em que se inserem. Nesse sentido,

compreender tais conceitos exige justamente a suspensão das pré-compreensões imaginárias que tendem a identificá-los, de maneira imediata, às figuras da mãe e do pai empíricos. As autoras indagam, assim, se não teria sido precisamente esse o gesto teórico de Lacan ao preservar a terminologia freudiana: provocar o analista a operar uma leitura que descole os significantes de seus referentes imaginários e os reinscreva na lógica simbólica da constituição subjetiva.

Tal hipótese não elimina a pertinência da crítica de Butler. Ao contrário, sugere que ambas as perspectivas podem ser tomadas como complementares, ainda que orientadas por problemas distintos. Butler (2022) enfatiza os efeitos políticos da linguagem e os modos pelos quais determinadas nomeações reiteram relações de poder e reconhecimento social. A teoria lacaniana, na leitura das autoras, parece convocar o analista a uma posição ética diante da linguagem, exigindo que a leitura da teoria não permaneça capturada pelas imagens e pelos sentidos cristalizados que os significantes evocam. A primeira dirige sua crítica às consequências sociais das nomeações; a segunda, ao risco epistemológico e clínico de reduzir funções simbólicas a personagens concretos.

Essa aproximação permite formular uma hipótese adicional. Ainda hoje, no plano imaginário, a figura do cuidado permanece amplamente associada ao feminino, ao passo que a autoridade continua sendo frequentemente representada pela figura paterna. Não surpreende, portanto, que os significantes "materno" e "paterno" continuem produzindo, de maneira quase automática, esses efeitos de sentido. Entretanto, à medida que as configurações familiares e as formas de exercício do cuidado se pluralizam, tais associações tendem a perder sua evidência imaginária. Nessa direção, talvez seja possível compreender a função materna como uma função de subjetivação e sustentação da inserção do infans no campo do Outro, e a função paterna como uma função de separação e introdução da castração simbólica, sem vinculá-las a identidades de gênero, à filiação biológica ou a modelos específicos de família. Assim, mais do que preservar ou abandonar determinadas nomenclaturas, o desafio colocado à psicanálise parece consistir em sustentar uma leitura que não reduza os significantes às imagens que historicamente os acompanharam.

Sob essa perspectiva, a principal contribuição da formalização lacaniana talvez resida justamente na possibilidade de separar o registro imaginário do registro simbólico. Essa distinção não apenas amplia as possibilidades de leitura das configurações familiares contemporâneas, como também oferece ao analista um importante operador clínico, evitando que o manejo seja orientado por pressupostos ambientalistas ou por modelos idealizados de família. Em vez de perguntar se determinada configuração familiar produz ou não uma constituição subjetiva adequada, a clínica passa a interrogar como as funções simbólicas se inscreveram naquela história singular e quais operações subjetivantes foram, ou não, possíveis a partir delas.

3.2 IMPLICAÇÕES CLÍNICAS

As discussões desenvolvidas ao longo deste trabalho permitem deslocar a questão dos modelos familiares do plano da organização empírica da família para o modo como cada sujeito se posiciona diante das funções simbólicas que participaram de sua constituição. Nesse sentido, as implicações clínicas da presente discussão consistem menos em avaliar quais configurações familiares favoreceriam ou dificultariam a constituição subjetiva e mais em interrogar como os sujeitos significam, em sua história singular, os lugares ocupados por aqueles que exerceram funções de cuidado e separação. Tal deslocamento decorre da compreensão de que não é possível atribuir a uma pessoa específica — pai, mãe, avós ou qualquer outro membro da família — a responsabilidade pela forma como um sujeito se constituiu. As operações de subjetivação e de separação constituem processos complexos que, usualmente, não estão centralizados em uma ou outra pessoa, mas fruto de diferentes pessoas e experiências.

Sob essa perspectiva, a tendência de localizar em um cuidador a origem do sofrimento psíquico parece dizer mais sobre uma operação neurótica do que sobre uma relação causal entre experiências familiares e constituição subjetiva. Freud já havia demonstrado que os vínculos com as figuras parentais permanecem marcados por uma profunda ambivalência, na qual amor e hostilidade coexistem de forma indissociável (Freud, 1913/2012; 1921/2011). Mesmo após a travessia edípica, essas figuras continuam ocupando um lugar privilegiado na organização das identificações, funcionando como importantes referências para a construção dos ideais do eu, das escolhas amorosas, profissionais e dos modos de inserção no laço social. Evidentemente, tais identificações não esgotam a constituição subjetiva, sendo continuamente transformadas pelas identificações secundárias; contudo, sua importância não autoriza concluir que elas determinem, por si mesmas, a estrutura psíquica do sujeito.

Se, por um lado, não é possível responsabilizar os cuidadores pela constituição subjetiva, por outro, também não se pode negar que eles ocupam um lugar importante na história de cada pessoa. A questão, portanto, desloca-se da busca por causas para a compreensão do alcance dessas figuras. Nessa direção, Lacan e, sobretudo, Françoise Dolto (1988, 1996) propõem que os cuidadores podem favorecer os processos de simbolização vivenciados pela criança e pelo adolescente, oferecendo condições para que experiências inicialmente enigmáticas sejam progressivamente inscritas na linguagem. Entretanto, essa contribuição não decorre do fornecimento de explicações prontas ou de interpretações sobre aquilo que a criança vive. Ao contrário, consiste em sustentar um espaço em que ela própria possa construir significações para suas experiências, apropriando-se de sua história por meio da palavra.

Essa posição exige dos cuidadores uma operação particularmente difícil: sustentar a própria castração (Dolto, 1988, 1996). Em termos clínicos, isso significa renunciar à fantasia de saber plenamente quem é a criança ou adolescente, o que ela/ele sente ou aquilo de que necessita, assim como abandonar a pretensão de completar sua falta ou determinar seu destino. Um cuidador que sustenta simbolicamente sua

castração reconhece que a criança e o adolescente é um sujeito e não uma extensão de seu próprio narcisismo. Em vez de ocupar o lugar daquele que responde por ela, oferece-lhe condições para que possa construir suas próprias respostas. Trata-se, portanto, menos de nomear a experiência da criança do que de ajudá-la a produzir suas próprias nomeações, reconhecendo que nenhuma delas eliminará completamente o enigma que atravessa a constituição subjetiva.

Desse modo, os familiares podem contribuir para ampliar ou restringir as possibilidades de simbolização oferecidas à criança, mas jamais de forma determinante. A qualidade dessa contribuição depende, em grande medida, da maneira como os próprios cuidadores se relacionam com sua castração e com seus limites subjetivos. Ainda assim, favorecer processos de simbolização não significa produzir sujeitos sem conflitos ou sofrimento psíquico. Significa apenas possibilitar que esses conflitos encontrem, preferencialmente, vias simbólicas de elaboração, em vez de permanecerem predominantemente capturados por soluções imaginárias. Em outras palavras, não se trata de evitar a falta — o que seria impossível —, mas de favorecer modos menos alienantes de responder a ela.

É justamente nesse ponto que a neurose revela uma de suas estratégias fundamentais. Em vez de reconhecer a falta como constitutiva da existência, o *falasser* tende a imaginá-la como consequência da ausência de um objeto específico. A falta estrutural converte-se, assim, em falta de objeto. Nesse movimento, a história familiar frequentemente é convocada para oferecer uma explicação consistente para aquilo que, estruturalmente, escapa a qualquer causalidade linear. Narrativas como "sou assim porque meus pais se separaram", "porque minha mãe era narcisista", "porque meu pai foi ausente" ou "porque minha mãe trabalhava demais" ilustram esse funcionamento. Não se trata de negar que tais acontecimentos produzam efeitos psíquicos importantes, mas de reconhecer que eles passam a ocupar, na economia neurótica, a função de localizar no campo do Outro a origem de uma falta que, em última instância, pertence também à própria condição de sujeito.

É nessa direção que Lacan afirma, no Seminário 5, que a castração constitui um recurso da neurose (LACAN, 1957-1958/1999). Ao recorrer à castração como explicação imaginária, o neurótico organiza sua história em torno de um mito familiar capaz de justificar suas dificuldades e preservar a crença de que existiria uma completude possível caso determinados acontecimentos não tivessem ocorrido. Atribuir o sofrimento à mãe narcisista, ao pai ausente ou ao modelo familiar vivido pode funcionar, nesse contexto, como uma forma de evitar a pergunta acerca da posição subjetiva ocupada diante dessas experiências. Em outras palavras, ao localizar a causa exclusivamente nos objetos ou nas pessoas, interrompe-se a investigação sobre por que tais acontecimentos adquiriram determinado significado para aquele sujeito e não para outro.

Essa lógica pode ser ilustrada por uma cena do filme *Valor sentimental*, em que duas irmãs conversam sobre o pai que tiveram. Embora compartilhem o mesmo pai empírico, cada uma constrói uma

narrativa profundamente distinta acerca dessa relação. Aquilo que para uma aparece como abandono, para a outra assume contornos diferentes. A cena evidencia que não é o acontecimento, tomado em si mesmo, que determina a constituição subjetiva, mas a maneira singular como cada sujeito simboliza aquilo que vive. Ao analista, portanto, não interessa decidir qual narrativa corresponde aos fatos, tampouco estabelecer quem teve "o verdadeiro pai". O que se impõe é interrogar o lugar ocupado por essa figura no mito individual de cada sujeito e os efeitos produzidos por essa construção.

Essa perspectiva traz importantes consequências para a direção do tratamento. O trabalho analítico não consiste em confirmar que o sofrimento decorre da ausência de um pai, da presença de uma mãe ou de qualquer configuração familiar específica, mas em deslocar o sujeito da pergunta "o que minha família fez comigo?" para a pergunta "qual é a minha posição diante daquilo que vivi?". Trata-se de uma mudança ética fundamental. O interesse da análise não recai sobre a reconstrução objetiva da história familiar, mas sobre os modos pelos quais o sujeito organiza essa história para responder à falta que o constitui.

Para que esse deslocamento seja possível, o analista também precisa manter-se advertido quanto aos ideais sociais que atravessam sua escuta. Se aceitar, ainda que implicitamente, que a família nuclear representa o modelo saudável de constituição subjetiva, ou que determinadas configurações familiares são intrinsecamente desestruturantes, sua escuta passa a ser orientada por critérios morais e normativos, e não pela singularidade do sujeito. Nesses casos, a psicanálise corre o risco de abandonar sua ética para transformar-se em instrumento de legitimação de modelos familiares idealizados. Desta forma, a atuação passaria ocupar o campo da moral, terreno infértil para a produção de um trabalho analítico.

Outro risco igualmente importante consiste na adoção de manejos ambientalistas⁵. Convocar familiares ao consultório com o objetivo de corrigir comportamentos, reorganizar vínculos ou adaptar pessoas às expectativas do paciente pode significar, em muitos casos, reforçar a própria lógica sintomática apresentada pelo analisante. Assim, ao responder imaginariamente ao pedido de transformação do ambiente, o analista corre o risco de confirmar que a causa do sofrimento reside nos outros, reiterando exatamente a operação defensiva sustentada pela neurose. A direção do tratamento orientada pela psicanálise segue um caminho distinto: não busca modificar o ambiente para eliminar a falta, mas favorecer que o sujeito possa responsabilizar-se⁶ pela posição que ocupa diante de sua história, de seu desejo e dos

⁵ Na perspectiva lacaniana, denomina-se manejo ambientalista a condução clínica que privilegia intervenções voltadas à modificação do ambiente, das relações interpessoais ou das condições externas do analisante como estratégia central para o tratamento. Em oposição a essa perspectiva, Lacan sustenta que a direção da cura não consiste em adaptar o analisante ao meio ou reorganizar sua realidade familiar, mas em favorecer a implicação do sujeito do inconsciente em relação ao seu desejo, à sua posição subjetiva e aos efeitos da cadeia significante. Assim, ainda que mudanças no ambiente possam produzir efeitos importantes, elas não constituem o eixo propriamente analítico da intervenção (LACAN, 1958/1998; 1964/2008).

⁶ Alerta-se que a noção de responsabilização aqui empregada não se confunde com uma perspectiva moral ou neoliberal que atribui ao indivíduo pleno domínio sobre si mesmo e por seus atos. Na ética da psicanálise, responsabilizar-se não significa tornar-se soberano de si, mas reconhecer e implicar-se na posição subjetiva que se ocupa diante do próprio desejo, sabendo que

impasses que o constituem. Assim, a família deixa de operar como destino para integrar o mito singular por meio do qual cada sujeito responde, sempre de maneira única, à falta estrutural que o atravessa.

4 CONCLUSÃO

O presente artigo teve como objetivo analisar, a partir da psicanálise freudiana e lacaniana, em que medida a constituição subjetiva pode ser compreendida para além de modelos específicos de família, problematizando leituras que estabelecem relações causais entre configurações familiares e sofrimento psíquico. Por meio de uma revisão narrativa da literatura, buscou-se discutir como os conceitos de complexo de Édipo, função materna, função paterna, Nome-do-Pai e castração podem ser relidos a partir de uma lógica estrutural, distinguindo as funções simbólicas das figuras concretas que eventualmente as encarnam.

Os resultados indicaram que a associação entre determinados arranjos familiares e a constituição subjetiva frequentemente decorre de uma leitura predominantemente imaginária da teoria psicanalítica, na qual funções simbólicas acabam sendo confundidas com personagens empíricos da organização familiar. A análise da obra freudiana permitiu sustentar que, embora formulada em um contexto marcado pela família burguesa, sua teoria não se reduz a esse modelo, tampouco pressupõe uma organização heteronormativa como condição necessária para a subjetivação. A releitura proposta por Lacan amplia essa compreensão ao deslocar o foco das pessoas para as operações simbólicas, evidenciando que a constituição do sujeito depende de sua inserção na linguagem e da lógica estrutural da falta, e não da presença ou ausência de determinadas figuras parentais.

A discussão também permitiu evidenciar que conceitos tradicionalmente formulados por meio de nomeações como "mãe", "pai", "função materna" e "função paterna" permanecem tensionados entre seus efeitos imaginários e sua formalização simbólica. Nesse sentido, a crítica formulada por Judith Butler mostra-se particularmente relevante ao evidenciar que a permanência dessas nomenclaturas pode contribuir para a reprodução de lógicas heteronormativas e restringir o reconhecimento de formas contemporâneas de organização familiar. Ao mesmo tempo, este trabalho propôs que a manutenção desses significantes na teoria lacaniana talvez possa ser compreendida por outra via: não como uma reafirmação de modelos familiares normativos, mas como uma exigência dirigida ao próprio analista para que realize uma leitura da teoria menos capturada pelos sentidos imaginários que esses termos evocam. Sob essa perspectiva, mais do que substituir determinadas nomenclaturas, o desafio consiste em sustentar uma leitura que não reduza funções simbólicas às imagens historicamente associadas ao pai, à mãe ou à família nuclear.

Em última instância, todo o percurso teórico desenvolvido neste trabalho converge para uma única pergunta: o que muda na clínica quando abandonamos uma leitura imaginária da família? Defende-se que

o eu não é "senhor em sua própria casa" (FREUD, 1917/2014). Para uma discussão aprofundada sobre as diferenças entre responsabilização subjetiva e responsabilização moral, recomenda-se a leitura de Kushnir (2023) e Eidelsztein (2021).

a principal mudança consiste em deslocar o foco das pessoas e das configurações familiares para a posição subjetiva diante da falta. Se a subjetivação é compreendida como efeito da linguagem e das operações simbólicas que atravessam o sujeito, torna-se insustentável atribuir aos cuidadores ou aos modelos familiares um papel determinante na produção do sofrimento psíquico. A família participa da constituição subjetiva, mas não determina o sujeito; quem orienta a direção do sofrimento é a posição subjetiva construída diante das experiências vividas e da maneira singular pela qual elas são simbolizadas. Os familiares podem favorecer ou dificultar processos de elaboração, sobretudo quando oferecem condições para a simbolização das experiências infantis, mas sua atuação jamais possui caráter causal ou determinístico.

Essa compreensão traz implicações relevantes para a direção do tratamento. O trabalho clínico exige atenção aos discursos que sustentam ideais familiares e à maneira como esses ideais podem operar como soluções imaginárias para o sofrimento. Nesse sentido, a idealização da família tradicional pode funcionar como uma defesa neurótica, deslocando para o modelo familiar a origem do mal-estar e obscurecendo a dimensão estrutural da falta. A clínica psicanalítica, ao contrário, orienta-se pela investigação da posição subjetiva do sujeito diante de sua história, recusando leituras moralizantes, ambientalistas ou normativas que reduzam o sofrimento às características objetivas da família de origem.

Considerando a crescente pluralização das configurações familiares nas últimas décadas — incluindo famílias monoparentais, homoafetivas, reconstituídas e outras formas de organização do cuidado —, torna-se cada vez mais necessário distinguir o plano dos ideais normativos das funções simbólicas implicadas na constituição subjetiva. Essa separação permite que a psicanálise permaneça coerente com sua ética, sustentando uma escuta orientada pela singularidade do sujeito, em vez de pela adequação a modelos familiares previamente estabelecidos.

Conclui-se, portanto, que uma leitura estrutural da teoria psicanalítica oferece importantes contribuições para o debate contemporâneo acerca da família, ao deslocar a discussão das configurações familiares para as operações simbólicas que sustentam a constituição do sujeito. Ao mesmo tempo, este trabalho propõe que a própria teoria psicanalítica pode ser continuamente interrogada a partir da distinção entre os registros imaginário e simbólico, evitando que seus conceitos sejam apropriados como justificativas para modelos normativos de família. Mais do que defender a substituição de determinadas nomenclaturas, propõe-se que o desafio contemporâneo da psicanálise consiste em sustentar uma leitura capaz de distinguir as funções simbólicas dos personagens concretos que historicamente lhes deram nome. Espera-se, assim, contribuir para o fortalecimento de uma clínica comprometida com a singularidade, capaz de acolher a diversidade das formas de organização familiar sem perder de vista aquilo que, para a psicanálise, permanece estrutural: a linguagem, a falta e o desejo.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BUTLER, Judith. **Desfazer o gênero**. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Editora Unesp, 2022.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DOLTO, Françoise. **No jogo do desejo: ensaios clínicos**. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Ática, 1988.
- DOLTO, Françoise. **Tudo é linguagem**. Tradução de Lucy Magalhães. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- EIDELSZTEIN, Alfredo. A responsabilidade subjetiva em psicanálise. Tradução de Camila Quinteiro Kushnir. [Título original: *La responsabilidad subjetiva en psicoanálisis*. El rey está desnudo: Revista para el Psicoanálisis por Venir, n. 8, p. 1-15, 2015]. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 33, n. 1, p. 41-46, jan./abr. 2021.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos** (1900). Tradução de Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2019.
- FREUD, Sigmund. Introdução ao narcisismo (1914). In: _____. **Obras completas**, v. 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, Sigmund. O recalque (1915). In: _____. **Obras completas**, v. 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 82-108.
- FREUD, Sigmund. Os instintos e seus destinos (1915). In: _____. **Obras completas**, v. 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica (1895). In: _____. **Obras completas**, v. 1: Publicações pré-psicanalíticas e manuscritos inéditos. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: _____. **Obras completas**, v. 6: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos (1901-1905). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FREUD, Sigmund. O eu e o id (1923). In: _____. **Obras completas**, v. 16: O eu e o id, "Autobiografia" e outros textos (1923-1925). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

KAUFMANN, Pierre (org.). **Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud a Lacan**. Tradução de Vera Ribeiro e Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

KUSHNIR, Camila Quinteiro. Considerações sobre o problema da responsabilidade em psicanálise. In: NUNES, Luciana Nunes de; SILVA, Sander Machado da (org.). **Desambiguar Lacan de Freud**. Porto Alegre: Artes & Ecos, 2023. p. 77-104.

LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise (1953). In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud (1957). In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 496-533.

LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica (1949). In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 96-103.

LACAN, Jacques. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano (1960). In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 807-842.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud (1953-1954)**. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução de Betty Milan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 5: as formações do inconsciente (1957-1958)**. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 8: a transferência (1960-1961)**. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 20: mais, ainda (1972-1973)**. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução de M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco** (1949). Petrópolis: Vozes, 1982.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVEIRA, Léa. **A travessia da estrutura em Jacques Lacan**. São Paulo: Blucher, 2022.

SIMANKE, Richard Theisen. **Metapsicologia lacaniana: os anos de formação**. Curitiba: Editora UFPR, 2002.